

Comportamento Racional e Formação de Crenças em Keynes

Ricardo Henriques*

Não é o futuro enquanto tal,
mas o futuro como *projeto* da Vontade
que *nega* o que é dado.
Hannah Arendt (*A vida do espírito*)

Sumário: 1. Introdução; 2. Probabilidade e incerteza; 3. Racionalidade e consequencialismo; 4. Crença racional e estado de confiança; 5. Tempo e racionalidade.

Palavras-chave: Keynes; pragmatismo; crença racional; probabilidade; convenções; expectativas.

Código JEL: B20.

Este artigo procura discutir a relação entre racionalidade e crença para analisar o significado dos processos de tomada de decisão de longo prazo no pensamento de Keynes. A análise da ação racional é probabilística e remete tanto à nossa ignorância sobre o futuro como às nossas capacidades cognitivas, impondo como questão central a formação de crenças racionais (*rational belief*). Os marcos conceituais desta reflexão remetem ao estudo da relação entre o *Tratado de Probabilidade* e a *Teoria geral*, bem como à crítica de Frank Ramsey ao *Tratado* e sua aceitação por Keynes.

As crenças racionais, de forma consistente com a tradição do pragmatismo contemporâneo, são entendidas como “regras de ação” e não tentativas de representação da realidade. Os processos de fixação de crenças (individual e coletiva) são múltiplos e a crença apresenta-se como uma “disposição a agir” que só pode ser adquirida em relação à cada tipo específico de ação. É a partir da crença que podemos definir as imagens sobre o futuro e o estado de confiança que assegure as âncoras para as ações racionais submetidas a incerteza. Neste contexto, a articulação entre os conceitos de expectativas, convenções e *animal spirits* define o marco central para o entendimento da relação entre crenças racionais e decisões de longo prazo.

The paper discusses the relation between rationality and beliefs to analyze the long-term decision making process in Keynes' contribution. A rational decision must take into account our ignorance about the future as well as our cognitive capacity. The central conceptual problem is therefore to understand the process of beliefs formation. The basic theoretical references for this discussion are the relation between the *Treatise of Probability* and the *General Theory*, Frank Ramsey's critique to the *Treatise* and its acceptance by Keynes.

* *Universidade Federal Fluminense, UFF e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA.*

Rational beliefs, in a consistent way with contemporary pragmatism tradition, are understood as “rules of action” and not a tentative of understanding reality. The processes of beliefs’ formation (individual and collective) are multiple and a belief is actually a “disposition to act” that can only be acquired in relation to a specific type of action. It is from a belief that we can define images about future and our state of confidence that allows rational actions to be chosen under uncertainty. In this sense, the articulation among the concepts of expectations, conventions and “animal spirits” defines the framework to analyze the relation between rational beliefs and long-term decisions.

1. Introdução

Este artigo procura discutir a relação entre racionalidade e crença (*belief*) para analisar o significado dos processos de tomada de decisão de longo prazo no pensamento de John Maynard Keynes. A interpretação da obra de Keynes, neste estudo, privilegia a necessidade de integrar as dimensões da economia, da política, da psicologia e da ética com a intenção de melhor compreender sua teoria econômica. Enfatiza-se uma leitura de Keynes que o considera como um economista que marcou a história do pensamento ao oferecer uma concepção filosófica da economia. À semelhança de Smith e de Marx, Keynes deve ser reconhecido como um “filósofo-economista”.

A publicação dos *Collected writings*¹ de Keynes abriu o horizonte para uma vasta releitura de sua obra. Emergem múltiplas interpretações do pensamento de Keynes, destacando-se, em particular, as visões que se posicionam contra um certo “keynesianismo sem Keynes” do pós-guerra. A publicação, em 1983, do primeiro volume da biografia de Keynes, escrita por Skidelsky, marca o renascimento do interesse pelo pensamento filosófico de Keynes. Os anos 1990 testemunham a consolidação desse campo de pesquisa que reconhece a relevância definitiva da filosofia na construção da teoria econômica e social de Keynes. Desse modo, confere-se uma importância central aos escritos filosóficos de Keynes, incluindo, evidentemente, *Treatise on Probability*, mas também vários textos de juventude ainda não publicados.² Este artigo

¹ Moggridge & Johnson, 1973-89.

² O'Donnell (1992) anuncia há vários anos a iminência da publicação desses artigos; a comunidade acadêmica continua aguardando. Após uma temporada de pesquisa no King's College, em Cambridge, consultando parte do arquivo inédito de Keynes, destaco a importância dos seguintes artigos do período 1904-12: *Ethics in relation to conduct* (1904), *The political doctrines of Edmund Burke* (1904), *Truth* (1904), *Toleration* (1905), *Miscellanea ethica* (1905), *Modern civilization* (1905), *A theory of beauty* (1905), *Egoism* (1906), *Science and art* (1909).

inscreve-se nessa tradição, compartilhando o mesmo programa de pesquisa que procura desenvolver uma interpretação da teoria econômica de Keynes a partir de sua filosofia política, de sua filosofia moral e de sua reflexão epistemológica.³

2. Probabilidade e Incerteza

A análise da visão de Keynes quanto ao comportamento racional submetido à incerteza requer a compreensão de sua abordagem de duas dimensões: as motivações individuais para agir e a natureza da incerteza que interfere nessas ações. As interpretações contemporâneas dividem-se em duas visões extremas que, no entanto, estabelecem um elemento preliminar de concordância. Esse acordo refere-se ao reconhecimento da impossibilidade de os indivíduos obterem conhecimentos significativos para fundamentar suas decisões. Apesar dessa avaliação comum, essas interpretações polarizam-se entre, de um lado, o argumento “fundamentalista”, que concede um valor absoluto à teoria de Keynes e abandona a maioria das outras análises econômicas;⁴ de outro, o argumento “neoclássico”, que recusa integralmente o pensamento de Keynes em nome da economia *standard*.⁵

Mas do que falamos quando se trata de “incerteza”? Dispomos de uma multiplicidade de definições de incerteza e, em particular, de interpretações da visão de Keynes quanto a esse conceito. Na medida em que atribuímos um papel central à incerteza para compreender a teoria de Keynes, essa multiplicidade de leituras implica em perspectivas concorrentes e por vezes contraditórias de interpretação de sua obra. Contudo, podemos estabelecer uma clivagem preliminar para apreender o conceito de incerteza: a) incerteza enquanto impossibilidade de dar conta de um mundo em que os elementos existem independentemente das ações individuais; b) incerteza enquanto impossibilidade de conhecer os elementos do mundo que, em certo sentido, ainda não foram criados.⁶

³ *Dentre os trabalhos seminais da interpretação filosófica da obra de Keynes podemos destacar: Lawson & Pesaran (1985), Carabelli (1988), Fitzgibbons (1988), Bateman (1988; 1991) e O'Donnell (1989).*

⁴ *Ver sobretudo Shackle (1974) e Davidson (1982-83; 1991b).*

⁵ *Ver Coddington (1982) e Lucas (1980; 1981).*

⁶ *Na tentativa de conceituação da incerteza a partir de Keynes, podemos enumerar, em especial, a definição epistêmica de Lawson (1985, 1988), a taxionomia de Dow (1995), a distinção entre incerteza cognitiva e incerteza epistemológica em Rotheim (1995), a distinção*

No quadro desta última concepção de incerteza, que remete, em última instância, à natureza da existência dos acontecimentos futuros, podemos nos aproximar de uma terceira via de interpretação de Keynes sobre o comportamento individual em condições de incerteza. Essa terceira via implica uma reflexão sobre os procedimentos individuais e coletivos de construção de conhecimentos e sobre as tomadas de decisão individual correlatas. Essa reflexão pretende se inscrever numa trajetória alternativa tanto ao reducionismo da leitura tradicional quanto às limitações do tratamento fundamentalista.

Inicialmente, trata-se de posicionar-se ao lado de Keynes contra a concepção tradicional de *homo oeconomicus*. Como sabemos, a teoria de Keynes sobre o comportamento econômico apóia-se na crítica à teoria neoclássica, na medida em que esta utilizaria um quadro determinista de definição dos julgamentos individuais de maximização. Como escreveu Keynes, em 1938, numa carta a Townshend:

“Generally speaking, in making a decision we have before us a large number of alternatives, none of which is demonstrably more ‘rational’ than the others, in the sense that we can arrange in order of merit the sum aggregate of benefits obtainable from the complete consequences of each. To avoid being in the position of Buridan’s ass, we fall back, therefore, and necessarily do so, on motives of another kind, which are not ‘rational’ in the sense of being concerned with the evaluation of consequences, but are decided by habit, instinct, preference, desire, will, etc. All this is just as true of the non-economic as of the economic man. But it may well be, as you suggest, that when we remember all this, we have to abate somewhat from the traditional picture of the latter” (XXIX:294).⁷

As motivações que conduzem à ação não podem ser hierarquizadas em relação ao seu conteúdo racional, dado que sua racionalidade ultrapassa a referência estrita às avaliações das conseqüências. Na medida em que não podemos ordenar completamente todos os resultados possíveis das alternativas de que dispomos, essas alternativas não são comparáveis a partir de uma escala de graus de racionalidade. Assim, esse olhar anticonseqüencialista de Keynes permite reconhecer que o *homo oeconomicus* é necessariamente racional, mas sua racionalidade depende, de modo determinante, dos hábitos, dos instintos, das preferências, dos desejos e das vontades.

entre incerteza paramétrica e incerteza estrutural em Langlois (1983), e a classificação da probabilidade em quatro domínios em Carabelli (1995).

⁷Collected writings of John Maynard Keynes, v. XXIX. p. 294. Todas as referências bibliográficas de Keynes, salvo indicação em contrário, apresentarão esta forma.

Nesse contexto, Keynes recusa a interpretação benthamita do comportamento humano. Nessa tradição, os indivíduos são capazes, no momento de realizar um cálculo sobre o futuro, de produzir um conhecimento mensurável de todas as conseqüências possíveis das ações. Aliás, como escreveu Keynes, no ano de 1937, em *Some economic consequences of a declining population*:

“Though it was, I think an ingredient in the complacency of the nineteenth century that, in their philosophical reflections on human behaviour, they accepted an extraordinary contraption of the Benthamite School, by which all possible consequences of alternative courses of action were supposed to have attached to them, first a number expressing their comparative advantage, and secondly another number expressing the probability of their following from the course of action in question; so that multiplying together the numbers attached to all the possible consequences of a given action and adding the results, we could discover what to do. In this way a mythical system of probable knowledge was employed to reduce the future to the same calculable status as the present. No one has ever acted on this theory. But even today I believe that our thought is sometimes influenced by some such pseudo-rationalistic notions” (XIV:124).

Em 1921, no *Treatise on Probability*, ele já havia manifestado opinião semelhante:

“Thus even if we know the degree of advantage which might be obtained from each of a series of alternative courses of action and know also the probability in each case of obtaining the advantage in question, it is not always possible by a mere process of arithmetic to determine which of the alternative ought to be chosen” (VIII:344-5).

Desse modo, de acordo com Keynes, a reflexão teórica tradicional sobre o comportamento humano em geral e o comportamento econômico em particular mantém-se ancorada em uma matriz conseqüencialista. A possibilidade de quantificar tanto as vantagens comparativas entre ações distintas quanto o grau de probabilidade da realização de cada ação permite, segundo o tratamento de inspiração benthamita, calcular todas as conseqüências das ações e, portanto, definir a ação correta a seguir. Definir uma ação correta a partir do exercício sistemático desse cálculo conseqüencialista implica construir uma referência normativa à tomada de decisão individual. Assim, espera-se que os indivíduos ajam a partir dessa normatividade, de modo que a implementação de uma ação nos moldes postulados como racionais referenda a racionalidade dessa ação. Esse procedimento presume uma compreensão do

sistema de conhecimento probabilístico que, em face da ignorância do futuro, tenta reduzir as possibilidades de cálculo sobre este futuro desconhecido a algo da mesma natureza que o cálculo sobre o presente. As expectativas a partir desse sistema de cálculo que Keynes qualifica de mítico são “expectativas matemáticas” que representam um futuro que se depreende integralmente a partir do presente e que, portanto, é um futuro sobre o qual podemos construir imagens certas. Não são “certas imagens” submetidas à indeterminação do futuro; ao contrário, trata-se de “imagens certas” de um futuro reduzido ao presente. Assim, constrange-se o quadro de referência para caracterizar uma ação racional. A racionalidade de uma ação implicaria a maximização, de modo passivo, de objetivos definidos a partir de “expectativas matemáticas”.

A teoria de probabilidade de Keynes se opõe a essa tradição de pensamento.⁸ Ele recusa que a tomada de *decisão racional* possa estar associada ao método de “expectativas matemáticas”. De acordo com Keynes, o indivíduo, em face da incerteza, não dispõe de bases para realizar esse cálculo. Como ele afirma na *Teoria Geral*:

“(…) *human decisions affecting the future, whether personal or political or economic, cannot depend on strict mathematical expectation, since the basis for making such calculations does not exist*” (VII:162).

Esse método otimizador, ancorado na tradição utilitarista de Bentham, corresponde, segundo Keynes, à “teoria ética normal”. Essa teoria ética normal equivale à teoria frequentista de probabilidades e reduz a compreensão do comportamento racional em face do futuro incerto a “noções pseudo-racionalistas”. Keynes afirma no *Treatise on Probability*:

“*Normal ethical theory at the present day, if there can be said to be any such, makes two assumptions: first, that degrees of goodness are numerically measurable and arithmetically additive, and second, that degrees of probability also are numerically measurable*” (VIII:343).

A “teoria ética normal” considera a probabilidade como uma relação entre eventos; uma característica própria ao mundo. A probabilidade estaria nos acontecimentos em si, e para conhecê-la seria necessário um simples, ainda que laborioso, exercício de estocagem e processamento do que ocorreu parcialmente nos eventos passados. Não é surpreendente, desse ponto de vista, que a acumulação de conhecimentos não altere as probabilidades, na medida

⁸ Ver, em especial, Hamouda & Rowley (1996).

em que, nessa tradição, o aleatório é uma característica do objeto de conhecimento, e não do conhecimento em si.

A teoria freqüentista busca, então, uma descrição precisa das formas e das propriedades do aleatório correspondente a cada objeto de conhecimento. A observação contínua e repetitiva, uma vez que os processos estocásticos são suficientemente estáveis, termina por assegurar o conhecimento da estrutura de probabilidade. Contudo, se reconhecermos a concepção keynesiana de incerteza, é evidente que a ação correta nos termos da visão benthamita torna-se um *“mythical system of probable knowledge”*.

A teoria de probabilidade de Keynes, ao contrário da visão freqüentista, pretende ser uma teoria *objetiva e lógica*. As relações de probabilidade concernem a uma *“logical relation between two sets of propositions”* e consideram que *“logic investigates the general principles of valid thought”*. Como escreveu Keynes no *Treatise on Probability*:

“The theory of probability is logical, therefore, because it is concerned with the degree of belief which it is rational to entertain in given conditions, and not merely with the actual beliefs of particular individuals, which may or not may be rational” (VIII:4).

Keynes acrescenta, alguns parágrafos adiante, a definição do tema central de sua lógica de probabilidades:

“Between two sets of propositions, therefore, there exists a relation, in virtue of which, if we know the first, we can attach to the latter some degree of rational belief. This relation is the subject-matter of the logic of probability” (VIII:6-7).

Se desejamos retirar todas implicações possíveis dessa definição, devemos reter o aspecto *“relacional”* da probabilidade e observar que essas proposições não são prováveis em si nem por si. Ao contrário, são prováveis em relação a um conjunto particular de conhecimentos que estão implicados nas outras proposições. Evidentemente, essa dimensão objetiva se estabelece em relação à dimensão subjetiva da escolha das premissas:

“What particular propositions we select as the premisses of our argument naturally depends on subjective factors peculiar to ourselves; but the relations, in which other propositions stand to these, and which entitle us to probable beliefs, are objective and logical” (VIII:4).

Keynes considera que as avaliações individuais são corretas em relação ao conhecimento disponível; e elas se modificam em função das alterações no conhecimento. Mas, no contexto de um comportamento convencional, a possibilidade de definir uma ação correta passa pelo artifício de supor cada avaliação sobre o futuro como uma avaliação única. Contudo, não existe, do ponto de vista filosófico, uma única avaliação correta (*uniquely correct*) porque o conhecimento disponível não oferece jamais uma base objetiva para calcular as “expectativas matemáticas”. Na verdade, como apresenta Keynes na *Teoria Geral*:

“We are assuming, in effect, that the existing market valuation, however arrived at, is uniquely correct in relation to our existing knowledge of the facts which will influence the yield of the investment, and that it will only change in proportion to changes in this knowledge; though, philosophically speaking, it cannot be uniquely correct, since our existing knowledge does not provide a sufficient basis for a calculated mathematical expectation” (VII:152).

3. Racionalidade e Conseqüencialismo

A possibilidade de definir uma “ação correta” (*right action*), isto é, de determinar entre um conjunto de ações possíveis qual deve (*ought*) ser a escolhida pelo indivíduo, remete inicialmente à compreensão da natureza do julgamento que os indivíduos estabelecem sobre o futuro incerto. Keynes sustenta que não é possível derivar o caráter “correto” de uma ação a partir de um exercício de dedução aritmética de um conjunto de julgamentos isolados. Como destacamos anteriormente, mesmo na eventualidade, concebida pela abordagem freqüentista, de um cenário onde disporíamos do conhecimento das vantagens relativas de cada série de ações e do conhecimento das probabilidades que lhes são atribuídas, seria impossível determinar, a partir da adição de cada julgamento individualizado, o que o indivíduo deveria fazer.

De acordo com Keynes, determinar uma ação “correta” remete à possibilidade de avaliar, a partir de um “julgamento intuitivo”, a situação como um todo (*as a whole*). Uma avaliação do conjunto de condições de escolha na sua globalidade. Quanto à noção de julgamento intuitivo, Keynes a incorpora em concordância com sua teoria não-ortodoxa de probabilidades, onde a intuição⁹

⁹ Ver a interpretação de Davis (1994).

pertence à categoria de “julgamentos diretos” (*direct judgements*) e onde o julgamento, diante de um objeto dado, é necessariamente não-universal. Como ele afirma em *Treatise on Probability*:

“If (...) the question of right action is under all circumstances a determinate problem, it must be in virtue of an intuitive judgment directed to the situation as a whole, and not in virtue of an arithmetical deduction derived from a series of separate judgments directed to the individual alternatives each treated in isolation” (VIII:345).

Desse modo, a escolha entre ações alternativas não se assenta na possibilidade de um cálculo dedutivo baseado em julgamentos isolados de cada ação. Keynes recusa o raciocínio reducionista que pretende avaliar os enunciados empíricos individualmente. Ao contrário, o julgamento que pode conduzir as ações deve remeter à situação na sua totalidade.

Estabelecemos aqui uma aproximação entre dois termos que aparentam pertencer a séries analíticas distintas, isto é, entre correto e racional. Mas de que racionalidade falamos? Nossa hipótese é que a racionalidade de uma ação não é determinada em função da realização eficaz de um *objetivo desejado*. Ao contrário do que indica a tradição do consequencialismo, não se trata, na investigação teórica sobre racionalidade, de saber se ou em que medida o objetivo vai ser atingido. A ação, nessa perspectiva anticonsequencialista, é racional na medida em que representa para o agente uma ação que parece tão boa como qualquer outra nas condições existentes, dado o conjunto de conhecimentos disponíveis. Na construção hipotética de uma situação limite, poderíamos afirmar que a possibilidade de estar correto por más razões não é racional; enquanto não ter razão raciocinando e argumentando corretamente pode ser racional. Assim, a racionalidade não é compreendida como uma propriedade intrínseca da ação. A racionalidade, de forma consistente com a construção teórica de Keynes, é o que torna a ação inteligível.

Nesses termos, a análise da ação racional é sempre probabilística e remete tanto à nossa ignorância quanto às nossas capacidades cognitivas. Essa análise de Keynes coloca a questão central da formação de crenças racionais (*rational belief*). Para Keynes, uma crença racional, de qualquer grau, está implicada no conhecimento, mesmo quando se trata do conhecimento de uma proposição secundária. Keynes nos explica em *Treatise on Probability*:

“Thus knowledge of a proposition always corresponds to certainty of rational belief in it and at the same time to actual truth in the proposition itself.

We cannot know a proposition unless it is in fact true. A probable degree of rational belief in a proposition, on the other hand, arises out of a knowledge of some corresponding second proposition. A man may rationally believe a proposition to be probable when it is in fact false, if the secondary proposition on which he depends is true and certain; while a man cannot rationally believe a proposition to be probable even when it is in fact true, if the secondary proposition on which he depends is not true” (VIII:11).

A possibilidade de conhecer uma proposição corresponde à crença racional que lhe atribuímos. Por outro lado, o grau de probabilidade da crença racional nessa proposição emerge do conhecimento de uma proposição secundária. Mas, um comportamento “correto” é determinado em relação a essa crença que podemos manter racionalmente. Um comportamento correto, no entender de Keynes, é sempre probabilístico. Uma ação é provavelmente correta tendo como referência as evidências e as proposições de que dispomos e depende sobretudo da confiança que temos em nossas próprias avaliações. A confiança resulta diretamente da condição de ignorância que condiciona nossas escolhas.¹⁰ O comportamento racional não é determinado por uma noção de “crença absolutamente correta”, na medida em que ele se refere a crenças e a convicções, e não a objetivos. Observamos, então, uma articulação entre verdade e aceitação racional. Verdade, aqui, é somente uma propriedade das proposições; e a possibilidade de ser aceito racionalmente, que se apóia no sistema de crenças, refere-se ao contexto considerado na sua globalidade e na diversidade de seus elementos.

Entretanto, não podemos esquecer que a incerteza se impõe, entre outros fatores, à alternativa entre o bem e o mal que cada ação pode produzir. A ignorância sobre o futuro, por outro lado, não implica a impossibilidade da ação. A incerteza não implica a impossibilidade de definir uma ação como provavelmente correta ou, nesse contexto, como provavelmente justa. Como Keynes escreve em 1904 no texto *Ethics in relation to conduct*:

“Probability implies ignorance; it is because we do not know for certain that we use the word at all; and the fact that it is possible (...) that every action that produces a balance of good in the immediate future may produce a vast balance of evil on the whole is no bar to our assertion, until we have further evidence, that such action is probably right. There is no necessity first of all to convert this possibility into an impossibility.”

¹⁰ Ver Loasby (1976) e os comentários de Dow (1995).

O comportamento racional submetido à incerteza parece, nesse contexto, estar estruturado pela combinação complexa de três níveis de julgamento que são necessariamente complementares: o julgamento de probabilidade; o julgamento sobre o que é bom (*goodness*); e o julgamento da probabilidade do bom sobre o todo, isto é, na totalidade orgânica que envolve cada decisão. Isto não é tudo. Keynes reconhece que essa complexidade é ainda insuficiente e adiciona dois elementos suplementares e necessários – o julgamento de “risco moral” (*moral risk*) e o julgamento de “peso dos argumentos” (*weight of arguments*).¹¹ Como ele mesmo diz no *Treatise on Probability*:

“(...) *other things being equal, that course of action is preferable, which involves least risk and about the results of which we have the most complete knowledge*” (VIII:347).

A ação racional é considerada uma ação correta na medida em que julgamos produzir o maior bem possível no todo, considerando os elementos qualitativos de “peso dos argumentos” e de “risco moral”. O corolário dessa caracterização simultânea da racionalidade e da justeza de uma ação é a impossibilidade de provar qualquer regra ou dever como um universal. Nesse sentido, a “escolha” de uma “ação correta” não é algo que possa ser predeterminado enquanto uma estratégia geral. Isso implica, em consonância com a contribuição de G. E. Moore,¹² que essa escolha não pode ser definida independentemente do contexto. A determinação de uma ação é sempre o resultado de um julgamento individual que depende do conhecimento dos elementos disponíveis em cada situação concreta.

Desse modo, na teoria probabilística de Keynes, a modificação de conhecimentos implica uma nova probabilidade para o conjunto de conclusões que resulta desse novo conjunto de premissas. Como ele define:

“*as our knowlegde or our hypothesis changes, our conclusions have new probabilities, not in themselves, but relatively to these new premisses*” (VIII:8).

No entanto, o indivíduo atribui um grau de crença racional para cada relação de probabilidade em função da base de conhecimentos de que ele dispõe, e a obtenção de novas informações modifica o peso dos argumentos sem intervir na objetividade da probabilidade. Keynes explica:

¹¹ Ver Runde (1990) e O'Donnell (1991).

¹² A significativa influência da publicação, em 1903, do *Principia ethica* de G. E. Moore sobre a formação intelectual de Keynes é progressivamente reconhecida pelos economistas. Ver, em particular, Skidelsky (1983), Bateman (1988), O'Donnell (1989), Shionoya (1991) e Davis (1991).

“As the relevant evidence at our disposal increases, the magnitude of the probability of the argument may either decrease or increase, according as the new knowledge strengthens the unfavourable or the favourable evidence; but something seems to have increased in either case – we have a more substantial basis upon which to rest our conclusion. I express this by saying that an accession of new evidence increases the weight of an argument. New evidence will sometimes decrease the probability of an argument, but it will always increase its weight” (VIII:77).

Portanto, para Keynes, o aumento de informação apropriada (*relevant evidence*) gera, *a priori*, efeitos indeterminados sobre a probabilidade, mas essa nova informação aumentará sempre o peso dos argumentos. Nesse contexto, Keynes enriquece sua abordagem em *Treatise on Probability* e ilumina os limites da teoria de probabilidades para determinar o conteúdo racional dos comportamentos individuais. Diante da consideração da possibilidade de uma incerteza radical,¹³ Keynes faz intervir a *confiança* como elemento de racionalidade.¹⁴

4. Crença Racional e Estado de Confiança

A análise das decisões de investimento e, em particular, do papel determinante das expectativas de longo período ilustra esse aprimoramento na reflexão sobre o comportamento racional. O estado das expectativas de longo período depende, por um lado, das previsões mais prováveis; por outro, do estado de confiança que imputamos a essas previsões. Keynes afirma no capítulo 12 da *Teoria Geral*:

“It would be foolish, in forming our expectations, to attach great weight to matters which are very uncertain. It is reasonable, therefore, to be guided to a considerable degree by the facts about which we feel somewhat confident, even though they may be less decisively relevant to the issue than others facts about which our knowledge is vague and scanty. (...) The state of long-term expectation, upon which our decisions are based, does not solely depend, therefore, on the most probable forecast we can make. It also depends on the confidence with which we make this forecast” (VII:148).

¹³ Não esqueçamos que, na *Teoria Geral*, Keynes se refere ao *Treatise on Probability* para afirmar que “muito incerto” não deve ser compreendido como “muito improvável”. Vejamos: “By ‘very uncertain’ I do not mean the same thing as “very improbable”. Cf. my *Treatise on Probability*, chap. 6, on the “weight of arguments” (VII:148).

¹⁴ Ver a interpretação de Bateman (1996).

O cálculo de probabilidades fornece cenários de previsões que orientam as ações. Os tomadores de decisão mergulhados no longo prazo (tipicamente os empresários) selecionam a previsão que acreditam ser a mais provável (a melhor relativa às outras previsões). Desse modo, utilizam as melhores previsões disponíveis, mas suas decisões não dependem da melhor previsão em si, na medida em que ela não existe. Além do mais, as decisões econômicas de longo prazo não são tomadas em um contexto de risco probabilístico no sentido de Frank Knight; e a natureza incontornável da incerteza impõe, em diversos casos, a impossibilidade de construir previsões prospectivas. Como nos diz Keynes na *Teoria Geral*:

“The outstanding fact is the extreme precariousness of the basis of knowledge on which our estimates of prospective yield have to be made. Our knowledge of the factors which will govern the yield of an investment some years hence is usually very slight and often negligible. If we speak frankly, we have to admit that our basis of knowledge for estimating the yield ten years hence of a railway, a copper mine, a textile factory, the goodwill of a patent medicine, an Atlantic liner, a building in the City of London amounts to little and sometimes nothing; or even five years hence” (VII:149).

As bases de conhecimento para as decisões de longo prazo *amounts to little and sometimes nothing*. As decisões se realizam em um contexto de incerteza onde as informações são raras e onde não existem premissas absolutamente verdadeiras. A verdade das premissas se estabelece no contexto de definição das crenças, na medida em que o indivíduo não seria capaz de constituir uma crença sobre premissas de que duvida. Portanto, para compreender a formação de uma crença racional que oriente as tomadas de decisão individual, devemos reconhecer a necessidade de incorporar teoricamente tanto o procedimento de cálculo de probabilidades (isto é, a formação de expectativas de longo prazo) como os procedimentos de constituição do estado de confiança.

A verdade que justifica a racionalidade de uma ação sobre o longo prazo só pode ser compreendida em termos de crenças. Assim, a trajetória de Keynes é contrária a uma visão “correspondentista” que suporia que os enunciados verdadeiros são aqueles que correspondem aos fatos, enunciados correlatos a um suposto mundo real e previsível. Em última instância, essa visão (coerente com o consequencialismo criticado por Keynes) entende a “correspondência” como uma relação entre uma sentença e uma parcela da realidade que é de alguma forma isomórfica a essa sentença.

No sentido contrário dessa tradição, a compreensão da verdade de uma proposição, como dissemos, se estabelece somente em termos de crenças. As crenças não são estritamente descritivas, mas performativas. Elas são “regras de ação”, e não tentativas de representação da realidade.¹⁵ Os processos de fixação de crenças (individual e coletiva) são evidentemente múltiplos, mas a crença é concebida como uma regra normativa de ação. A crença é uma “disposição para a ação”; um hábito que só se pode adquirir em relação a um tipo determinado de ação.¹⁶ Enfim, poderíamos dizer que a racionalidade de uma ação deriva da crença. E é a partir da crença que podemos definir as imagens sobre o futuro e o estado de confiança que assegure as âncoras para as ações submetidas a esse futuro necessariamente incerto.

Entender a determinação do estado de confiança requer, ainda, que consideremos a crítica de Frank Ramsey ao *Treatise on Probability* e sua aceitação por Keynes. Ramsey insiste na distinção entre “lógica humana” e “lógica formal”. A lógica formal remete exclusivamente às regras de raciocínio coerente (*rules of consistent thought*). A lógica humana implica a análise de certos “hábitos mentais úteis”, que permitem ao espírito humano utilizar as informações fornecidas pela percepção, a memória e os diversos canais de conhecimento na intenção de se aproximar da verdade. Keynes declara, em 1930, que a incorporação desse conceito enriquece a teoria das probabilidades:

“The application of these ideas to the logic of probability is very fruitful. Ramsey argues, as against the view which I had put forward, that probability is concerned not with objective relations between propositions but (in some sense) with degrees of belief, and he succeeds in showing that the calculus of probabilities simply amounts to a set of rules for ensuring that the system of degrees of belief which we hold shall be a consistent system. Thus the calculus of probabilities belongs to formal logic. But the basis of our degrees of beliefs – or the a priori probabilities, as they used to be called – is part of our human outfit, perhaps given us merely by natural selection, analogous to our perceptions and our memories rather than to formal logic. So far I yield to Ramsey – I think he is right” (X:338-39).

O cálculo de probabilidades refere-se à lógica formal. Contudo, o fundamento de nossas crenças, dispostas em variados graus de intensidade, refere-se

¹⁵ De acordo com Rorty (1995:41-2): “les croyances sont des règles d’action plus que des tentatives pour représenter la réalité”. Ver também Rorty (1986).

¹⁶ Ver, em particular, a definição de Peirce (1965) da crença como regra de ação.

à lógica humana. Esse domínio da lógica humana incorpora não somente a percepção e a memória, mas sobretudo a formação das probabilidades *a priori* que se baseiam no peso dos argumentos e sustentam nossos graus de crença racional. A integração dessa reflexão à análise da *Teoria Geral* nos permite admitir que a compreensão dos mecanismos que determinam a *confiança* remete diretamente a essa “lógica humana”.

A incerteza evidentemente produz ignorância e limita a racionalidade, mas, segundo Keynes, a confiança se forja nesse contexto de racionalidade limitada. O estado de confiança consolida, por um lado, a confiança do indivíduo em si mesmo, considerando seus poderes cognitivos limitados para obter e tratar informações; por outro, a confiança no outro, isto é, o reconhecimento e a credibilidade que o indivíduo atribui ao outro com o qual estabelece uma relação e que lhe fornece informações. Os julgamentos individuais não conduzem *a priori* nem à irracionalidade nem à submissão incondicional às regras. Em consequência, o estado de confiança está na origem da determinação tanto do comportamento convencional como dos *animal spirits*.¹⁷

5. Tempo e Racionalidade

Ante essa reflexão, que destaca os elementos de crença racional e de estado de confiança no quadro de uma abordagem anticorrespondentista, podemos propor uma interpretação, coerente com a abordagem de Keynes, que contribui para a compreensão da natureza da ação individual ante o futuro incerto. Essa construção remete à necessidade de reconhecer a importância da combinação de três aspectos centrais do comportamento individual no contexto de incerteza. O indivíduo, diante do desconhecido, enfrenta o dilema da decisão expondo-se simultaneamente a três desafios: o indivíduo procura (re)conhecer a verdade; o indivíduo é alimentado pelo desejo de permanência no tempo; e o indivíduo é submetido à necessidade incontornável de decidir. Esses elementos, por sua vez, correspondem a relações particulares entre o indivíduo e o tempo que tomam a forma de três motivações: a previsão, a permanência e a transformação.

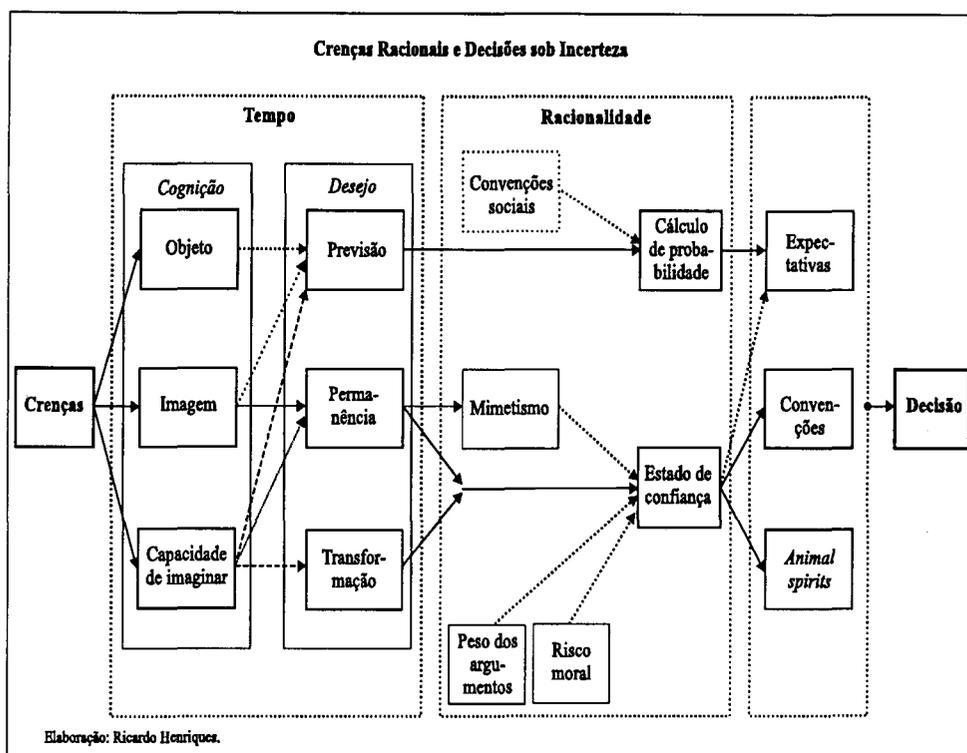
¹⁷ Keynes apresenta na *Teoria Geral sua compreensão dos animal spirits*: “Most, probably, of our decisions to do something positive, the full consequences of which will be drawn out over many days to come, can only be taken as a result of animal spirits – of a spontaneous urge to action rather than inaction, and not as the outcome of a weighted average of quantitative benefits multiplied by quantitative probabilities” (VII:161).

A incerteza não permite escolhas sobre o que é evidente e, ao contrário, implica escolhas sobre o que não é evidente. Por outro lado, nosso conhecimento das coisas do mundo, em um mundo incerto, repousa sobre crenças. O indivíduo constrói uma imagem sobre o futuro, e crer nessa imagem se impõe como condição essencial à tomada de decisão. A possibilidade de frustração está evidentemente sempre presente; ela é uma ameaça imanente ao momento da escolha. No entanto, o indivíduo crê, simultaneamente, em suas expectativas, nas convenções e nas incitações à transformação. O indivíduo crê porque necessita crer para agir.

O indivíduo, para agir racionalmente, deve crer no que ele vê sobre o que não é evidente. O caráter racional da crença, por sua vez, é submetido à necessidade de agir. O comportamento econômico racional no contexto de incerteza está sujeito a um sistema de crenças que se relaciona diretamente com o cálculo de probabilidades e com o estado de confiança. Podemos, assim, sistematizar as dimensões que asseguram a integração entre a temporalidade das deliberações individuais e a racionalidade das decisões individuais. Essas três dimensões do comportamento racional individual nos permitem apresentar, em termos genéricos, a complexa malha de determinações estabelecida entre crenças e decisões que está implícita na abordagem filosófica de Keynes. Expomos a seguir, de modo sucinto, essas três dimensões do comportamento e das crenças racionais, que são ilustradas a partir de uma leitura das três faixas horizontais que compõem o quadro a seguir.

Inicialmente temos a dimensão de *controle do tempo*. O indivíduo recorre ao cálculo de probabilidades com a intenção de exercer, de modo limitado mas racional, seu poder de *previsão* sobre o futuro. É por intermédio desse cálculo que o indivíduo constrói suas expectativas e atribui certo grau de crença a suas avaliações.

Em seguida, a dimensão de *estabilização*. O indivíduo confia na manutenção da convenção. O indivíduo projeta no futuro certa estabilidade das atividades econômicas e sociais, e o fato de crer nessa avaliação lhe permite desenvolver um comportamento defensivo, isto é, um comportamento convencional que deseja a permanência das regras. Esse comportamento convencional, por sua vez, corresponde ao desejo do indivíduo de ser e manter-se o mesmo no futuro. O indivíduo interfere no cotidiano supondo e solicitando a manutenção das regras e das convenções. Age em conformidade com sua avaliação da estabilidade das relações econômicas e sociais, que reflete, em última instância, seu desejo de *permanência* no tempo.



Finalmente, a dimensão de *ruptura*. O indivíduo possui uma disposição para agir que se traduz na possibilidade permanente de romper com as regras. Mas essa predisposição, representada pelas motivações orientadas pelos *animal spirits*, não é de forma alguma irracional; ao contrário, os *animal spirits* deve ser entendido como uma motivação individual racional.¹⁸ Além disso, a possibilidade de conferir um conteúdo prático e racional ao imperativo de ação que motiva os tomadores de decisão de longo prazo se funda no estado de confiança. *Animal spirits*, à semelhança do comportamento convencional, ancora-se no estado de confiança. Assim, os *animal spirits*, que representa a dimensão do comportamento humano regida por uma urgência de agir, corresponde ao desejo de ruptura com o comportamento estritamente convencional. Refere-se, portanto, ao desejo de *transformação* do indivíduo no tempo. Desejo de transformação que depende da crença do indivíduo em sua capacidade de antecipar o real e não implica, de modo algum, a soberania de qualquer forma de irracionalidade.

¹⁸ Ver as distintas interpretações de Dow & Dow (1985) e de Winslow (1993).

A possibilidade de pensar a ação individual nos termos propostos implica explicitar a análise dos encadeamentos das determinações que compõem a relação entre crença e racionalidade. As ações racionais submetidas à incerteza dependem do cálculo de probabilidades e do estado de confiança. Esse estado de confiança, que é função do peso dos argumentos (além de ser função do risco moral e do mimetismo), determina, por sua vez, as convenções e os *animal spirits*. Assim, para Keynes, as decisões de longo prazo são o resultado de um conjunto de motivações razoáveis cujos elementos centrais são as expectativas, os julgamentos convencionais e os *animal spirits*. Expectativas, convenções e *animal spirits* articulam-se no domínio de racionalidade que organiza os procedimentos decisórios. Esses elementos, por sua vez, ancoram-se em um sistema de crenças individuais que está implicado em uma temporalidade de incerteza e no qual interagem os processos cognitivos e os desejos, complementares e concorrentes, de previsão, de permanência e de transformação.

O breve esforço de síntese deste último parágrafo traduz o eixo de apresentação do argumento central do texto e a estrutura de exposição do quadro sinóptico em anexo. Este artigo conclui-se, portanto, sinalizando uma abertura da agenda de pesquisa sobre a integração entre a filosofia e a teoria econômica e social de Keynes.¹⁹ Neste procedimento, definimos um horizonte de reflexão que procura incorporar com radicalidade o reconhecimento de que, em Keynes, a economia solicita a filosofia, a política e a ética.

Referências Bibliográficas

Bateman, Bradlew W. G. E. Moore and J. M. Keynes: a missing chapter in the history of expected utility model. *American Economic Review*, 78:1.098-106, Dec. 1988.

_____. Das Maynard Keynes problem. *Cambridge Journal of Economics*, 15:101-11, 1991.

_____. *Keynes' uncertain revolution*. Michigan, University Michigan Press, 1996.

Carabelli, Anna. *On Keynes' method*. London, Macmillan, 1988.

¹⁹ Ver Henriques, 2000.

_____. Uncertainty and measurement in Keynes: probability and organ-
icness. In: Dow, S. & Hillard, J. (eds.). *Keynes, knowledge and uncertainty*.
Aldershot, Edward Elgar, 1995.

Coddington, A. Deficient foresight: a troublesome theme in Keynesian eco-
nomics. *American Economic Review*, 72(3):480-87, 1982.

Davidson, Paul. Rational expectations: a fallacious foundation for studying
crucial decision-making processes. *Journal of Post Keynesian Economics*,
5:182-98, 1982/83.

_____. Is probability theory relevant for uncertainty? A post-Keynesian
perspective. *Journal of Economic Perspectives*, 5:129-43, 1991.

Davis, John B. Keynes' critiques of Moore. *Cambridge Journal of Economics*,
15:61-77, 1991.

_____. *Keynes philosophical development*. Cambridge, Cambridge Univer-
sity Press, 1994.

Dow, Sheila. Uncertainty about uncertainty. In: Dow, S. & Hillard, J. (eds.).
Keynes, knowledge and uncertainty. Aldershot, Edward Elgar, 1995.

Dow, Alexander & Dow, Sheila. Animal spirits and rationality. In: Lawson,
T. & Pesaran, H. (eds.). *Keynes' economics: methodological issues*. London,
Croom Helm, 1985.

Fitzgibbons, Athol. *Keynes' vision: a new political economy*. Oxford, Oxford
University Press, 1988.

Hamouda, Omar & Rowley, Robin. *Probability in economics*. London,
Routledge, 1996.

Henriques, Ricardo. Comportement rationnel, croyance et confiance chez
Keynes. Actes du Colloque *The 1997 European Society for the History of
Economic Thought*. Marseille, France, 1997.

_____. *Théorie et philosophie économique chez Keynes*. 2000. (Versão
preliminar.)

Lawson, Tony. Uncertainty and economic analysis. *Economic Journal*, 95,
Dec. 1985.

_____. Probability and uncertainty in economic analysis. *Journal of Post
Keynesian Economics*, 11(1):38-65, Fall 1988.

_____ & Pesaran, Hashem (eds.). *Keynes' economics: methodological issues*. London, Croom Helm, 1985.

Loasby, B. J. *Choice, complexity and ignorance*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

Lucas, R. E. Methods and problems in business cycle theory. *Journal of Money, Credit and Banking*, 12:696-715, 1980.

_____. Unemployment policy. In: *Studies in business cycle theory*. Oxford, Basil Blackwell, 1981.

Moggridge, D. E. & Johnson, E. (eds.). *The collected writings of John Maynard Keynes*. London, Macmillan, 1973-89, 30v.

Moore, G. E. *Principia ethica*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

O'Donnell, Rod M. *Keynes: philosophy, economics and politics*. London, Macmillan, 1989.

_____. Keynes' weight of argument and its bearing on rationality and uncertainty. In: Bateman, B. W. & Davis, J. B. (eds.). *Keynes and philosophy: essays on the origin of Keynes's thought*. Aldershot, Edward Elgar, 1991.

_____. The unwritten books and papers of J. M. Keynes. *History of Political Economy*, 24(4):767-817, Winter 1992.

Peirce, Charles Sanders. The fixation of belief. In: *Collected papers: pragmatism and pragmaticism*. Cambridge, Harvard University Press, 1965. v. 5.

Rorty, Richard. Pragmatism, Davidson and truth. [1986]. In: *Objectivity, relativism and truth*. Cambridge University Press, 1991.

_____. *L'espoir au lieu du savoir*. Paris, Albin Michel, 1995.

Rotheim, Roy J. Keynes on uncertainty and individual behaviour within a theory of effective demand. In: Dow, S. & Hillard, J. (eds.). *Keynes, knowledge and uncertainty*. Aldershot, Edward Elgar, 1995.

Runde, Jochen. Keynesian uncertainty and the weight of arguments. *Economics and Philosophy*, 6(2):275-92, Oct. 1990.

Shackle, G. L. S. *Keynesian kaleidics*. Edinburgh University Press, 1974.

Shionoya, Yuichi. Sidgwick, Moore and Keynes: a philosophical analysis of Keynes' "My early beliefs". In: Bateman, B. W. & Davis, J. B. (eds.). *Keynes and philosophy: essays on the origin of Keynes' thought*. Aldershot, Edward Elgar, 1991.

Skidelsky, R. *John Maynard Keynes: hopes betrayed 1883-1920*. Macmillan, 1983. v. 1.

Winslow, E. G. Keynes on rationality. In: Gerrard, B. (ed.). *The economics of rationality*. London, Routledge, 1993.